

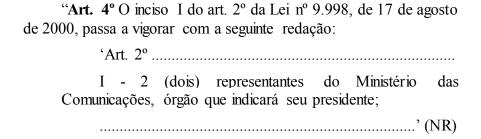
SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Eduardo Gomes

EMENDA N° - PLEN

(à MPV n° 1.018, de 2020)

Acrescente-se o seguinte art. 4° à Medida Provisória n° 1.018, de 18 de dezembro de 2020, renumerando-se o atual art. 4° como art. 5°:



JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020, aprovou alterações na Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, trazendo importantes avanços para o setor de telecomunicações. Entre esses avanços está o aprimoramento da governança do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), por meio da instituição de um Conselho Gestor (CGFUST) para sua administração.

A proposta original de composição do referido conselho, que tramitou no Congresso Nacional, previa que o então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) dispusesse de dois representantes, uma vez que era responsável tanto por sua presidência quanto pela secretaria executiva do colegiado.

Com o advento da Medida Provisória nº 980, de 10 de junho de 2020, convertida na Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020, o MCTIC foi cindido, recriando-se os antigos Ministério das Comunicações (MC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). E, com a aprovação da Lei nº 14.109, de 2020, cada pasta foi contemplada com uma vaga no CGFust.

Nesse contexto, entendemos que a representação do MC no Conselho Gestor do Fust acabou prejudicada, já que é o ministério responsável pela formulação das políticas públicas do setor de telecomunicações.

Para solucionar o problema, apresentamos a presente emenda, contando com o apoio dos nobres paras sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GOMES